**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**JUSTIFICATIVA PELA UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL**

**Processo Licitatório Nº 017/2023**

**Pregão Presencial Nº 009/2023**

**Objeto: Contratação de profissionais oficineiros para ministrar oficinas e cursos em atendimento ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Setor de Esporte e Lazer do Município**

**EMENTA: Inviabilidade técnica da realização do pregão eletrônico - Desvantagem para a administração.**

Em atendimento à determinação contida no § 4º do art.1º do Decreto nº 10.024/2019 que admite, excepcionalmente, mediante prévia justificativa, a utilização da forma de pregão presencial, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, **JUSTIFICAMOS** a utilização do pregão presencial, de forma excepcional, neste procedimento licitatório pelos motivos a seguir expostos.

Sabe-se que é necessária para a realização do pregão eletrônico uma capacitação específica, tanto por parte do Poder Público quando dos particulares que venham a participar do certame, capacitação dificultosa para a realidade deste Município.

Caso relevante é o de citar que o software de gestão pública utilizado por este Município não tem compatibilidade plena com os demais sistemas gratuitos utilizados no pregão eletrônico, e os servidores precisam realizar a inserção dos mesmos dados em sistemas diferentes, por pelo menos duas vezes a mais do que o que normalmente é realizado, o que certamente produz morosidade no procedimento.

Aliado a isso, há que se destacar o objeto do presente procedimento licitatório que visa à contratação de pessoa jurídica para ministrar cursos e oficinas aos Munícipes que manifestarem interesse, buscando o incentivo ao esporte, difusão de cultura e promovendo a assistência social. Esclarecendo-se que os serviços deverão ser prestados de maneira presencial, com atendimentos frequentes e muitas vezes de forma imediata, sendo imprescindível a presença física no Município do oficineiro, não havendo vantagem na realização do pregão na forma eletrônica.

Ainda, todos os demais procedimentos de ampla publicidade e divulgação do certame, serão preservados. Assegurando a propagação do conhecimento e ciência da intenção da Administração Pública em realizar a contratação do objeto, proporcionando, consequentemente a participação de diversos licitantes, imprimindo, portanto, a ampla competitividade buscada em seara licitatória.

Nestes termos comprovada a inviabilidade técnica e a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, a Comissão de Licitações justifica, nos termos da Lei nº. 10.520/2002 e do Decreto nº. 10.024/2019 a realização do presente procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial.

Desterro do Melo, 14 de fevereiro 2023.

Silvânia da Silva Lima

Presidente da Comissão de Licitações

 Tatiane Aparecida Amaral da Silva Luciléia Nunes Martins

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações